

Resistência negra: diversidade racial na TV brasileira

» BABALAWÔ IVANIR DOS SANTOS

Doutor em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

» PETRÔNIO DOMINGUES

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Resistência negra estreou na última quinta-feira na TV Globo, uma série idealizada pelo babalawô Ivanir dos Santos e que contou com a consultoria do historiador Petrônio Domingues, autores deste artigo. Dividida em cinco episódios, tem um caráter ficcional, porém, foi concebida e roteirizada a partir do diálogo com estudos históricos.

Ao publicar *Casa grande e senzala*, em 1933, Gilberto Freyre escreveu: "Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer parte da América". A frase expressa, de maneira lapidária, a visão que perpassa o livro clássico sobre a escravidão brasileira: a ambígua plasticidade dessa escravidão, sobretudo se comparada com a de outros países escravocratas. A obra reforçou representações da brandura do senhor, da submissão dos escravizados, da excepcionalidade da miscigenação, influenciando uma narrativa que fundamentou a ideologia da democracia racial — segundo a qual, no Brasil, pessoas negras e brancas viviam harmoniosamente, em clima de tolerância e fraternidade racial.

No entanto, faz tempo a historiografia brasileira tem refutado o paradigma da democracia racial. A violência estrutural constituiu o vínculo básico da relação escravista. Apesar dos contatos, intercomunicações e intimidades de senhores e escravizados, prevaleceu a dominação de um grupo pelo outro. E a dominação provocou o inconfornismo, a resistência ante o cativo. Esta se deu por ações individuais e coletivas (infanticídio, assassinatos de feitores, capoeira, candomblé, irmandades negras), com destaque para as fugas, as revoltas e a criação de quilombos em várias regiões do Brasil, com suas estratégias de luta, suas formas de organização, seus projetos de liberdade etc.

Quanto à miscigenação, existiu em todos os sistemas escravistas, e nem por isso alterou a situação do escravizado ou desestabilizou a instituição alicerçada no nefando comércio. Portanto, não desempenhou o papel de paracheque das tensões raciais, que lhe foi atribuído por Freyre. A historiografia contemporânea produziu inúmeras obras sobre o sistema escravista brasileiro, atestando a face cruel da experiência do cativo, o que contribuiu

para esmaecer a visão de um regime em que se moviam iaiás dengosas, senhores severos, mas paternos, escravizados subservientes e fiéis.

É a luz desses avanços epistêmicos que se inscreve a série *Resistência negra*. Do ponto de vista da abordagem, procura apreender a trajetória das pessoas negras a partir delas próprias. Aí não há espaço para discursos de comisseração, nem de vitimização. Em vez de alienadas ou bestiais, as pessoas negras são vistas como engenhosas, versáteis e movidas por lógicas próprias: dotadas de personalidade, com noções de direitos e discernimento político. O enfoque é sobre os afrodescendentes como autodeterminados, protagonistas de sua história, de suas escolhas, conquistas e realizações.

Não se tem dúvida de que o Brasil é uma nação imaginada que se estruturou a partir do racismo, porém, ao assistir à nova série, o telespectador se surpreende, pois também constata que as pessoas negras aqui não capitularam ante os infortúnios da vida, seja no período da escravidão ou do pós-abolição. Pelo contrário, agiram e reagiram proativamente, lendo os desafios da vida com lentes sui generis e, a partir daí, procuraram tanto quanto possível inserir-se socialmente: alocar-se no sistema

ocupacional, tecer mobilidade ascendente, fazer política, dialogar e se aliar com outros segmentos, estabelecer e valorizar laços familiares, investir em práticas culturais — enfim, os "pretos" e "mestiços" buscaram incorporar-se à comunidade nacional com dignidade, a partir de seu próprio *modus vivendi*: projetos, estratégias e visões de mundo.

Resistência negra confere centralidade à experiência do movimento negro, destacando seu papel educador na história do Brasil. Para além de afirmação identitária, resiliência e ancestralidade, o movimento negro tem construído um legado pulsante, de protagonismo, empoderamento e descolonização cultural, que acena para um novo projeto de nação. E a série representa um marco na TV brasileira. Indica que a presença negra na produção audiovisual é fundamental para diversificar e enriquecer as narrativas, promovendo uma representação mais fidedigna da sociedade. Isso contribui para corrigir desequilíbrios históricos de representatividade na TV. Faz-se mister, neste contexto de ações afirmativas, a produção de novas narrativas de uma história negra que se mostre plural, vicejante e multifacetada.



A urgência de bons projetos para enfrentar os desafios climáticos

» MALU NUNES

Membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza e diretora-executiva da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

As mudanças climáticas já alteram a dinâmica de muitas cidades, trazendo grandes desafios a serem superados diante de tempestades, secas severas, ondas de calor e outros eventos extremos. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), 2024 tem tudo para ser considerado o novo ano mais quente da história. Enquanto o mundo acompanha as negociações da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), realizada no Azerbaijão, as manchetes alertam para um futuro muito desafiador e cada vez mais complexo, especialmente para os países menos desenvolvidos, que estão mais vulneráveis às consequências de um clima extremo.

Como resposta para um quadro que vem se agravando, as nações em desenvolvimento clamam por mais financiamento para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. É justo que a busca por recursos financeiros, especialmente provenientes dos países mais ricos e que mais contribuíram para que chegássemos ao quadro atual, seja um dos temas prioritários nesses fóruns internacionais. Entretanto, tão importante quanto a busca pelo dinheiro é a clareza sobre o realmente precisa ser feito em cada país, em cada território.

Observamos que a adaptação eficaz para essa nova realidade carece de projetos robustos e estruturados, reunindo conhecimentos e experiências de diferentes áreas e setores da sociedade. Mas quais são as soluções mais acertadas? E, sobretudo, como não repetir erros do passado em locais já afetados por eventos extremos que tendem a se repetir e, talvez, com mais força?

O trabalho conjunto e integrado entre autoridades, especialistas, universidades, organizações da sociedade civil, investidores e empresários, cada um contribuindo com seu know-how, aponta para a elaboração e execução de projetos que atendam às demandas climáticas de cada região. Enquanto a luta para reduzir as emissões de gases de efeito estufa exige uma governança global, a adaptação às mudanças climáticas sempre deve ser local, pensada a partir das características de cada território.

Representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) alertaram, ao longo deste ano, para a dificuldade em elaborar planos para a reconstrução de locais impactados por eventos climáticos extremos. Não bastam apenas recursos para reduzir transtornos imediatos, é necessário que administradores, antes de tudo, estruturarem e apresentem projetos qualificados e habilitados para financiamento.

É aí que o modelo de ação conjunta e compartilhada pode fazer toda a diferença. Nessa proposta de atuação coesa, é possível apontar iniciativas cujo modelo pode contribuir e servir de inspiração na proteção de regiões brasileiras sensíveis às instabilidades climáticas. Programas pioneiros, como o Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza em Cidades, realizado pelo WRI Brasil em parceria com a Fundação Grupo Boticário, entre outros parceiros, precisam ser incentivados e ganhar mais escala.

A experiência mostrou que é necessário, e possível, criar ambientes para a colaboração, a capacitação e o desenvolvimento de ideias e soluções para desafios climáticos nas diferentes realidades do nosso país. É preciso investir em tempo de qualidade para que profissionais que atuam em diferentes áreas do poder público possam se desenvolver com mentorias e orientações técnicas e possam cocriar, aperfeiçoar e buscar soluções inovadoras, aplicáveis e com potencial de escala para contribuir no enfrentamento de desafios ambientais contemporâneos.

Outra lição aprendida é a certeza de que, para qualquer projeto idealizado para conter os efeitos das mudanças climáticas, devemos apostar nos benefícios das soluções baseadas na natureza. É preciso, por exemplo, aumentar a capacidade de infiltração da água no solo, conciliar a infraestrutura convencional — cinza — com soluções verdes, como parques alagáveis, lineares e jardins de chuva. Sem esquecer de iniciativas individuais, como a captação da água da chuva em empreendimentos industriais, comerciais e residenciais, além dos telhados e paredes verdes.

Diante da dificuldade em estruturar projetos relacionados às emergências ambientais nos municípios, o Plano Clima, em desenvolvimento pelo governo federal, precisa estar conectado com a percepção local, em diferentes setores da sociedade, para chegar a uma política climática brasileira consistente e exequível para ser efetivamente praticada nos próximos anos.

Esse movimento também deve ter participação da iniciativa privada. O conceito de ESG — compromisso público de corporações considerando maneiras de reduzir o impacto ambiental que suas ações provocam e aumentar os benefícios sociais e melhorar a gestão de seus processos, com foco na transparência — ganha espaço na proposta de coparticipação de empresas na idealização de projetos de adaptação. Para isso, as organizações podem identificar vulnerabilidades na realidade em que estão inseridas e elaborar planos de adaptação e operação com potencial de transformar seu entorno, desde que a empresa assuma papel de articulador de recursos e na governança das ações.

A cooperação de diversos segmentos da sociedade, com ações coordenadas e integradas que vão além do esforço das autoridades locais, torna-se uma exigência para enfrentar a nova realidade que vivemos. Também requer visão sistêmica, entendimento sobre as causas e consequências dos eventos climáticos extremos, compartilhamento e associação de experiências e conhecimentos multissetoriais para a criação e implementação de alternativas inovadoras e duradouras. Infelizmente, temos pouco tempo para ajustar a nossa rota...

A parceria estratégica entre Brasil e China

» VITOR DOS SANTOS BUENO

Professor de negócios internacionais no IDP e doutorando em relações internacionais na Universidade de Brasília (UnB)

A visita de Estado do presidente Xi Jinping representa o fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e China. Neste ano, comemoram-se os 50 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Na agenda bilateral, existia a expectativa da entrada do Brasil na Iniciativa Cinturão e Rota — também conhecida como Nova Rota da Seda. Essa iniciativa, lançada pela China em 2013 e que reúne hoje cerca de 150 países, tem como principal objetivo o investimento em infraestrutura portuária, aeroportuária, ferroviária, energética, entre outras. Estima-se que, na primeira década da iniciativa, o país tenha investido um trilhão de dólares. No entanto, o Brasil preferiu não participar dessa estratégia chinesa que está transformando e conectando diferentes partes do mundo.

A decisão brasileira não foi prejudicial no encontro entre os líderes, que assinaram 37 acordos de diversas áreas no último dia 20. O presidente Lula destacou que os acordos estabelecem bases de sinergia para estratégias brasileiras, como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o Programa de Rotas de Integração Sul-Americana e o Plano de Transformação Ecológica.

A caminho do Rio de Janeiro para participar da Cúpula do G20 Financeiro, Xi Jinping fez

uma parada no Peru, onde, no último dia 14, inaugurou o megaporto de Chancay, que reduzirá de 40 para 28 dias a viagem de navio até a China. Para o Brasil, isso representa a possibilidade de reduzir, por exemplo, os custos de transporte nas exportações do Centro-Oeste brasileiro rumo ao gigante asiático.

Desde 2009, o principal destino das exportações brasileiras é a China. Somente em 2023, foram US\$ 157 bilhões em trocas comerciais, gerando US\$ 51,1 bilhões de superávit comercial para o Brasil. Os acordos assinados podem acelerar o investimento em infraestrutura no país e contribuir com a competitividade das exportações no médio e longo prazo. No entanto, é importante que a definição de quais obras serão construídas seja uma decisão de comum acordo e do interesse público do Estado brasileiro.

Da parte da China, o interesse vai além da dimensão comercial. Desde a crise de 2009, a presença chinesa cresceu rapidamente na América Latina e os investimentos se estenderam do setor primário (agricultura, minérios e petróleo) para o industrial e de serviços. Um exemplo são os carros elétricos que, aos poucos, vão tomando a paisagem das grandes cidades. A China lidera esse segmento e, desde 2023, é a maior produtora de veículos do mundo.

Outra frente em que o Brasil tem interesse

em estreitar a parceria com a China é na área ambiental. Merecem destaque políticas públicas chinesas desenvolvidas para enfrentar a crise climática. Desde 2012, as chamadas cidades-espônjas — adaptadas aos efeitos das mudanças climáticas — têm sido objeto de interesse de diferentes governos do mundo. No próximo ano, o Brasil sediará a COP30, em Belém, e iniciativas como essa estarão na agenda do encontro.

A tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul neste ano demonstra como o nosso país necessita de investimento e tecnologias para assegurar que eventos como esse não se repitam. A inserção do Plano de Transformação Ecológica nos acordos entre os dois países demonstra esse interesse.

Portanto, mesmo sem a participação direta do Brasil na Iniciativa Cinturão e Rota, a visita ficou marcada pela assinatura de acordos de projetos para o investimento em áreas de interesse do país. Bem como o fortalecimento das boas relações entre os dois países no que foi definido como comunidade de futuro compartilhado por um mundo mais justo e um planeta sustentável. No próximo ano, o presidente chinês estará novamente no Brasil para participar da Cúpula dos BRICS+, e isso pode ser outra oportunidade para aprofundar a agenda discutida na visita de Estado deste mês.